
GEORGE SALOMÃO LEITE
Coordenador

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Em Homenagem ao Ministro
LUÍS ROBERTO BARROSO

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aíine Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiário: Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Corrêa, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jurisdição constitucional : em homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso, vol. 1 / George Salomão Leite, coordenador. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-229-2

1. Direito constitucional 2. Jurisdição (Direito constitucional) I. Leite, George Salomão.

22-104734

CDU-342.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Jurisdição constitucional : Direito constitucional 342.5

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

SOBRE O COORDENADOR.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
PREFÁCIO.....	11
APRESENTAÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – CONCEITO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS	29
HENRIQUE GARBELLINI CARNIO	
1. Definição.....	29
1.1. A Constituição e o processo.....	29
1.2. A natureza processual da Constituição	30
2. Antecedentes históricos	31
2.1. Lord Edward Coke e a supremacia do <i>common law</i> : Bonham’s case, 1610	31
2.2. Marbury vs Madison – ano 1.803, Suprema Corte dos Estados Unidos da América.....	34
2.2.1. Explanação histórica	34
2.2.2. O raciocínio do Justice Marshall.....	36
2.3. Constituição da Áustria de 1920. A contribuição de Hans Kelsen ...	37
2.4. Carl Schmitt e a defesa da Constituição	42
CAPÍTULO II – A LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	45
MARCELO ALVES DIAS DE SOUZA	
1. A jurisdição constitucional.....	45
2. Procedimentalismo e substancialismo.....	47
3. Governo dos juízes?	50
3.1. O compartilhamento de poderes.....	50
3.2. Um certo ativismo	52
3.3. Judicialização da legislação/política ou politização do Poder Judiciário?.....	54
4. A legitimidade da jurisdição constitucional.....	56

4.1.	O recrutamento dos juízes	56
4.2.	O papel do Senado	60
5.	A legitimidade propriamente dita das decisões da jurisdição constitucional	62
5.1.	O problema.....	62
5.2.	A imparcialidade do órgão jurisdicional	62
5.3.	O prestígio do órgão do jurisdicional.....	63
5.4.	A motivação da decisão.....	63
5.5.	Acessibilidade à decisão.....	64
5.6.	Estabilidade, previsibilidade, celeridade e igualdade	64
5.7.	A proximidade com as leis e a Constituição do país	66
5.8.	A aceitação das decisões judiciais pelos demais Poderes do Estado ...	66
5.9.	A aceitação popular	67
CAPÍTULO III – PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA E CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....		69
GEORGE SALOMÃO LEITE		
1.	Controle de constitucionalidade: conceito e pressupostos de existência ...	69
2.	Da supremacia constitucional	70
3.	Classificação do controle de constitucionalidade	72
3.1.	Quanto ao momento da fiscalização	72
3.2.	Quanto ao número de órgãos incumbidos do controle de constitucionalidade	76
3.3.	Quanto à natureza do órgão competente para controlar a constitucionalidade	77
3.4.	Quanto à finalidade do controle	77
3.5.	Quanto à (des)vinculação a um caso concreto quando de sua provocação.....	78
3.6.	Quanto à forma de provocação do controle de constitucionalidade ...	78
CAPÍTULO IV – TEORIA DA INCONSTITUCIONALIDADE: APONTAMENTOS A PARTIR DA DOCTRINA E DOS PRECEDENTES DA RELATORIA DO MIN. ROBERTO BARROSO.....		81
PEDRO GALLOTTI KENICKE		
1.	Introdutórios.....	81
2.	Âmbito normativo da inconstitucionalidade: existência, validade e eficácia vigência	82
2.1.	Inconstitucionalidade no plano da existência.....	84
2.2.	Inconstitucionalidade no plano da validade	84

2.3. Inconstitucionalidade no plano da eficácia.....	85
2.4. Vigência ou não da inconstitucionalidade	86
3. Nulidade ou anulabilidade do ato inconstitucional: Marshall e Kelsen	86
4. Conceito de inconstitucionalidade.....	89
5. Dos tipos de inconstitucionalidade	90
5.1. Inconstitucionalidade formal e material.....	90
5.2. Inconstitucionalidade por ação ou omissão.....	93
5.3. Inconstitucionalidade total ou parcial	95
5.4. Inconstitucionalidade originária ou superveniente	96
5.5. Inconstitucionalidade direta ou reflexa	98
6. Concluídos.....	99
CAPÍTULO V – CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	101
DANIEL MITIDIERO	
Introdução	101
1. Decisão, precedente e efeito <i>Blur</i>	101
2. Andares, escadas e controle difuso	105
2.1. <i>Judicial review</i>	105
2.2. Incidente de inconstitucionalidade	105
2.3. Recurso extraordinário.....	106
2.3.1. Cabimento.....	107
2.3.2. Repercussão geral.....	120
3. Decisão.....	128
3.1. Interpretação	128
3.2. Controle	133
3.3. Efeitos	136
4. Precedente.....	141
Considerações finais	143
CAPÍTULO VI – A SÚMULA VINCULANTE COMO MECANISMO DE CON- TROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	145
JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR	
Introdução	145
1. “ <i>Stare decisis</i> ” e súmula vinculante.....	146
2. Súmula vinculante e sua disciplina constitucional	151
3. Decaimento da súmula	154
Conclusão.....	156

CAPÍTULO VII – MANDADO DE INJUNÇÃO E OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS	159
ANDRÉ RUFINO DO VALE	
1. Competência.....	163
2. Legitimidade.....	167
3. Objeto.....	173
4. Procedimento.....	180
5. Decisões e seus efeitos.....	186
5.1. Declaração da omissão inconstitucional.....	186
5.2. O problema da fixação de prazo para a atividade legislativa.....	187
5.3. <i>Cláusula de apelo ao legislador e o diálogo institucional</i> entre poderes ...	191
5.4. Aplicação analógica de outra lei.....	192
5.5. Eficácia <i>inter partes</i> e <i>erga omnes</i>	193
5.6. <i>Cláusula rebus sic stantibus</i> e a revisão posterior da decisão.....	195
5.7. A problemática da superveniência de lei no curso do julgamento e após a formação da coisa julgada.....	196
CAPÍTULO VIII – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO	199
RODRIGO REIS MAZZEI e CAIO SOUTO ARAÚJO	
1. Introdução.....	199
2. Competência.....	201
3. Legitimidade.....	209
4. Objeto.....	217
5. Procedimento.....	222
6. Eficácia da decisão em sede de mandado de segurança.....	233
7. Breve fechamento.....	239
CAPÍTULO IX – HABEAS CORPUS	241
JULIANO DE OLIVEIRA LEONEL e YURI FELIX	
1. O remédio heroico na sociedade contemporânea: garantias e poder punitivo.....	241
2. Competência.....	246
3. Legitimidade.....	247
4. Objeto.....	248
5. Procedimento.....	248
CAPÍTULO X – HABEAS DATA	251
SÉRGIO CRUZ ARENHART	
1. Competência.....	252

2.	Legitimidade	253
3.	Objeto	256
4.	Procedimento	258
5.	Eficácia da decisão em sede de <i>habeas data</i>	260
CAPÍTULO XI – AÇÃO POPULAR: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E DISCIPLINA PROCESSUAL		263
EDUARDO TALAMINI		
1.	Finalidades da ação popular	263
1.1.	A norma constitucional	263
1.2.	Proteção do patrimônio público	263
1.3.	Proteção da moralidade administrativa	264
1.4.	Proteção ao meio ambiente, patrimônio histórico e cultural.....	265
1.5.	Caráter não exaustivo das hipóteses previstas na Lei da Ação Popular.....	265
1.6.	Combate a ações e omissões lesivas	266
1.7.	Controle de condutas concretas.....	266
1.8.	Emprego em caráter preventivo	267
1.9.	Inaplicabilidade aos atos jurisdicionais	267
1.10.	Instrumento de participação política	268
2.	Legitimidade ativa e capacidade processual.....	268
2.1.	“Cidadão”	268
2.2.	Prova da cidadania.....	269
2.3.	Não limitação da legitimidade ao domicílio eleitoral.....	269
2.4.	Legitimação extraordinária, sem substituição processual.....	270
2.5.	Irrelevância do interesse pessoal do autor.....	270
2.6.	Possibilidade de litisconsórcio ativo originário.....	271
3.	Legitimidade passiva	271
3.1.	Legitimados na hipótese de lesão ao patrimônio público ou à moralidade administrativa.....	271
3.2.	Legitimados na hipótese de lesão ao meio ambiente, patrimônio histórico e cultural	272
3.3.	A natureza do litisconsórcio passivo	272
3.3.1.	Litisconsórcio necessário.....	272
3.3.2.	Litisconsórcio unitário, em regra.....	272
3.3.3.	Decorrências	273
3.3.4.	Eventual litisconsórcio unitário	273

4.	Intervenção de terceiros e alterações subjetivas da demanda – Participação do Ministério Público	274
4.1.	Mudança de polo e abstenção processual.....	274
4.1.1.	Ausência de discricionariedade na opção	274
4.1.2.	Limite temporal para a opção	274
4.2.	Intervenção do Ministério Público	275
4.3.	Assunção do polo ativo, em caso de desistência ou abandono	275
4.3.1.	Limites à desistência.....	275
4.3.2.	Publicação de edital.....	276
4.3.3.	Prosseguimento da demanda pelo Ministério Público ou por outro cidadão	276
4.3.4.	Estabilidade objetiva da demanda	276
4.3.5.	“Desistência” subjetivamente parcial	277
4.3.6.	Desistência objetivamente parcial	277
4.4.	Habilitação de outro cidadão como litisconsorte	278
4.4.1.	Litisconsórcio ativo, facultativo, unitário e superveniente....	278
4.4.2.	Inexigibilidade de interesse específico.....	278
4.4.3.	Ausência de limite temporal.....	278
4.5.	Assunção do polo ativo em sede recursal ou executiva	279
4.6.	Identificação superveniente de responsáveis ou beneficiários	279
4.7.	Outras modalidades interventivas	279
5.	Dever de cooperação e as partes na ação popular	279
6.	Capacidade postulatória.....	280
7.	Providências instrutórias prévias à propositura da demanda.....	281
7.1.	Direito constitucional de acesso à informação	281
7.2.	A regulamentação na Lei da Ação Popular	281
7.3.	Outras normas infraconstitucionais relevantes.....	281
8.	Procedimento	282
8.1.	Gratuidade	282
8.1.1.	Não recepção do art. 10	282
8.1.2.	Perda da isenção e penalidade	282
8.1.3.	Abrangência da gratuidade.....	282
8.2.	Observância do procedimento comum.....	283
8.3.	Requisitos da petição inicial	283
8.4.	Providências judiciais iniciais.....	283
8.5.	Citação	283
8.5.1.	Citação editalícia por simples opção do autor: inconstitucionalidade.....	283

8.5.2.	Extensão da gratuidade às despesas da citação por edital...	284
8.5.3.	Nomeação de curador especial em caso de revelia do citado por edital	284
8.6.	Contestação	284
8.6.1.	Prazo	284
8.6.2.	Matérias veiculáveis	285
8.7.	Reconvenção	285
8.8.	Citação tardia e o curso do procedimento	286
8.9.	Requerimento de provas	286
8.10.	Saneamento e produção probatória	287
8.11.	Momento da sentença depois da instrução probatória	287
8.12.	Ação popular e negócio processual	287
9.	Cabimento de “liminar”	288
9.1.	Impossibilidade de concessão de ofício	288
9.2.	Pressupostos de concessão	288
9.3.	Aplicabilidade a todos os bens jurídicos protegidos por ação popular	288
9.4.	Outras possíveis providências urgentes (antecipatórias e cautelares)	289
9.5.	Momento de concessão	289
9.6.	Desnecessidade de processo incidental	289
9.7.	Medida urgente antecedente	290
9.8.	Estabilização da tutela antecipada	290
9.9.	Tutela da evidência	291
9.10.	Mecanismos de efetivação	292
9.11.	Regras limitadoras de medidas urgentes	292
9.12.	Recorribilidade	293
9.13.	Incidente de suspensão	293
9.14.	Duração da medida urgente	293
10.	Sentença	293
10.1.	Improcedência	294
10.2.	Procedência	294
10.3.	Momento de eficácia	295
11.	Coisa julgada	295
12.	Execução da sentença	296
12.1.	Liquidação	296
12.2.	Cumprimento provisório da sentença	296

12.3.	A (im)penhorabilidade de salários e proventos	297
12.4.	“Sequestro” e “penhora” do art. 14, § 4º, da Lei 4.717	298
12.5.	Extensão da legitimidade para executar.....	298
13.	Impugnação e controle das decisões.....	299
13.1.	Reexame necessário.....	299
13.2.	Incidente de suspensão da sentença.....	299
13.3.	Recurso contra a sentença	299
13.4.	A recorribilidade das interlocutórias	299
13.5.	Outros recursos cabíveis.....	300
13.6.	A extensão da legitimidade recursal.....	300
14.	Competência	300
14.1.	Ausência de prerrogativa de foro	300
14.2.	Eventual competência originária dos tribunais.....	301
14.3.	Hipóteses de competência da Justiça Federal.....	301
14.3.1.	Competência em caso de participação da União, autarquia ou empresa pública federal	301
14.3.2.	Competência em caso de interesse federal indireto: inter- pretação conforme a Constituição	302
14.3.3.	Competência em caso de concorrência de interesses federais e não federais.....	303
14.4.	Prevenção de juízo.....	303
14.4.1.	Reunião de ações conexas ou idênticas.....	303
14.4.2.	Juízo prevento	304
14.4.3.	Conexão	304
14.4.4.	Identidade de ações	304
14.4.5.	Conexão ou litispendência entre ação popular e outras espécies de ação	305
16.	Prazo “prescricional”	305
16.1.	Termo inicial.....	305
16.2.	Natureza.....	305
16.3.	Constitucionalidade do prazo.....	306
16.4.	A tese da imprescritibilidade da reparação do dano: limites.....	306
CAPÍTULO XII – AÇÃO CIVIL PÚBLICA		309
DANIEL GRANADO		
1.	Competência.....	314
2.	Legitimidade	316

3. Objeto	320
4. Procedimento	324
CAPÍTULO XIII – O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO COMO PROCESSO OBJETIVO	331
RENNAN THAMAY	
1. Controle de constitucionalidade abstrato: aspectos iniciais.....	331
2. Controle de constitucionalidade como processo objetivo: especificidade do processo de natureza não subjetiva	333
3. Inaplicabilidade automática do Código de Processo Civil ao controle de constitucionalidade	336
4. Inexistência de partes, e sim de legitimados	339
5. Inexistência de lide.....	343
6. Conclusão	348
CAPÍTULO XIV – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE GENÉRICA ...	351
EDUARDO ÁRRUDA ALVIM e MARINA DE ALMEIDA SANTOS DIAS	
1. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	351
2. Finalidade	351
3. Fundamento constitucional e integração normativa	353
4. Parâmetro.....	353
5. Objeto	354
6. Legitimidade ativa	355
7. A função do Advogado-Geral da União	356
8. Do Procurador-Geral da República.....	358
9. Da medida cautelar	358
10. Do mérito	359
CAPÍTULO XV – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	365
DIRLEY DA CUNHA JÚNIOR	
1. Origem e generalidades	365
2. Natureza, finalidade e procedimento.....	366
2.1. Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão	369
3. Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	370
4. Parâmetro e objeto.....	371

4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características	372
4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional.....	375
4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades	376
4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial.....	376
4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material	382
4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa.....	382
4.4. As omissões controláveis.....	383
4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado	385
5. Decisão e seus efeitos.....	388
6. Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção.....	398

CAPÍTULO XVI – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE..... 401

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

1. Introdução.....	401
2. Controle de constitucionalidade concentrado.....	404
3. Origem	405
4. Finalidade	408
5. Fundamento constitucional e integração normativa	409
6. Parâmetro.....	411
7. Objeto	412
8. Requisitos.....	412
9. Legitimidade Ativa	412
10. Atuação do Procurador-Geral da República.....	413
11. Medida cautelar.....	413
12. Do Mérito	414
13. A ação declaratória de constitucionalidade como forma de concretização de políticas públicas	415
14. Conclusão	417

CAPÍTULO XVII – A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 419

CLÊMERTON MERLIN CLÈVE

1. Introdução: histórico, natureza e razões da medida.....	419
2. Finalidade e procedimento.....	422
3. Legitimidade processual ativa e passiva.....	436
4. Os atos impugnáveis por arguição de descumprimento de preceito	

fundamental.....	441
5. Outros aspectos.....	459
CAPÍTULO XVIII – TÉCNICAS DE DECISÃO NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	469
ADRIANO SANT’ANA PEDRA	
1. Interpretação conforme a Constituição	470
2. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	473
3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade	476
4. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade	480
CAPÍTULO XIX – FATOS CONSTITUCIONAIS E PROVA	485
LUIZ GUILHERME MARINONI	
1. Introdução.....	485
2. Dos fatos que interessam ao controle de constitucionalidade	487
3. Fatos legislativos e prognoses.....	488
4. Fatos pressupostos pela lei, fatos equivocadamente valorados e indevidamente ignorados pelo legislador, fatos não discutidos pelas pessoas e no Parlamento, fatos desconhecidos quando da elaboração da lei e fatos que passaram a ter outro significado com o passar do tempo	491
5. As normas constitucionais enquanto reveladoras dos fatos que integram a disputa constitucional: o caso exemplar do princípio da igualdade	498
6. A concretização da Constituição com base nos fatos	501
7. A natureza da incerteza que paira sobre os fatos	503
8. A diferença entre investigar ou descobrir um fato e esclarecer a respeito de um juízo já formado pela comunidade	504
9. Fatos científicos ainda discutidos na comunidade.....	505
10. Fatos inesclarecíveis.....	508
11. Os fatos legislativos diante do desenvolvimento da ciência	511
12. O caso da pílula do câncer: descaso em relação à necessidade de prova para negar fato científico pressuposto pelo legislador.....	514
13. Fatos influentes sobre a tomada da decisão constitucional, verificáveis por meio de prova: o caso dos botijões de gás	517
14. Fatos verificáveis, influentes sobre a tomada da decisão constitucional, mas que necessitam ser discutidos pela população: o caso estadunidense da eutanásia.....	518
15. Fatos insuscetíveis de pleno esclarecimento: a provisoriedade da decisão constitucional como resposta	520